



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 376

Teresina(PI), 24 de novembro de 2003.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do *Dep. Antonio Uchôa* que:

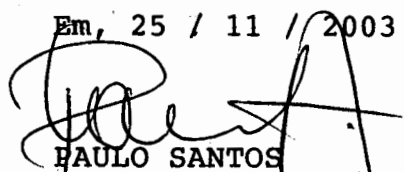
"Reconhece de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina."

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

RECEBI:

Em, 25 / 11 / 2003


PAULO SANTOS

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

AL-2511/03



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

LEI Nº DE DE DE 2003.

*Reconhece de utilidade pública a Associação dos
Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de
Teresina.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

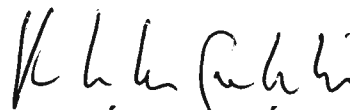
FAÇO saber que Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

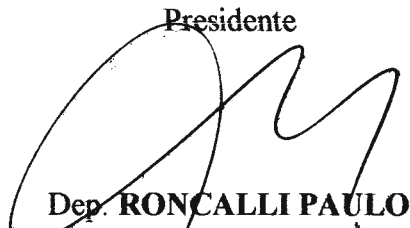
Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina – AMPM, com sede na cidade de /Teresina, deste Estado.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. PI 24 de Novembro de 2003.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **EDSON FERREIRA**
2º Secretário



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DEPUTADO ANTONIO UCHÔA

A P R O V A D O

Projeto de Lei Nº 042 / 2003

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 13/08/2003

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina – AMPM, com sede na cidade de Teresina, deste Estado.

Art. 2º. À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina, 13 de agosto de 2003.

Dep. Antonio Uchôa de Oliveira

JUSTIFICATIVA

A entidade tem por finalidade lutar por direito dos associados, haja vista que se trata de pequenos comerciantes, na sua maioria microempresa que precisam de tratamento diferenciado por parte das instituições públicas.

Por sua relevância o projeto em causa merece a acolhida e a aprovação dos que fazem a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

SALA DAS SESSÕES, PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina, 13 de agosto de 2003.

Dep. Antonio Uchôa de Oliveira

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais
Encaminha-se a

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Órgão	AL
Número	2511/03
Data	14.08.03
Assunto	Projeto Lei
Matrícula	
Rubrica	Assmao
Matrícula	



Assembleia Legislativa

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a - Secretaria geral da mesa
24-11-03
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
<u>Asses</u>	03
ANEXOS	NÚMERO
	02-2511/03

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTADA

Publicação de matéria

de 01 laudas.

Em 19/08/03

funcionário

Liduína M.^a Monte M. Lima
Chefe Setor de Publicação

Encaminha-se a
AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminha-se a Diretoria
Legislativa

Em 14/08/2003
pp/Adão Francisco Alves
Conceição de M.^a Pádua Sampaio
Teresina - Piauí

Assembleia Legislativa
Encaminha-se a <u>Diretoria</u> <u>Legislativa</u>
Em 20/08/2003
pp/Adão
Conceição de Maria Leite Galvão Chefe do Núcleo Redação de T. S.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Redação
de Atas

pp/Adão
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Assembleia Legislativa
Encaminha-se a <u>Diretoria</u> <u>Legislativa</u>
Em 21/11/2003
pp/Adão
Conceição de Maria Leite Galvão Chefe do Núcleo Redação de T. S.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Comissões
Técnicas
pp/Adão
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

PROVIDENCIADO
Em 24/11/03
pp/Adão
Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Autógrafos
Em 24-11-03

pp/Adão
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 20 / 08 / 03

Epagls

Conceição de Maria Lagos Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Mauro

Raposo

para relatar.

Em 20 / 08 / 03

Henrique

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI Nº 72 – PROCESSO AL 2511

AUTOR: Dep. Antonio Uchóa.


Devolva-se a proposição ao autor para que seja instituída com a documentação necessária, uma entidade para ser reconhecida como de utilidade pública, o projeto deve estar composto de: Ata de instalação, estatuto, CNPJ, extrato do estatuto publicado no D.O.E. e certidão de registro no livro de pessoas jurídicas.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 28 de Agosto de 2003.**


Dep. MAURO TAPETY
Relator

**Receita Federal****Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.763.636/0001-38	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/07/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MERCEEIROS E PROPRIETARIOS DE MERCADINHOS DE TERESINA-AMPM-TE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-6-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AV. VALTER ALENCAR	NÚMERO 1046	COMPLEMENTO SUL	
CEP 64.019-625	BAIRRO/DISTRITO SAO PEDRO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/07/2003	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **18/07/2003** às **09:57:56** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

RECIBO DE ENTREGA DO DISQUETE CNPJ

01. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ *****	NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO DOS MERCEEIROS E PROPRIETARIOS DE MERCADINHOS DE
----------------------------------	---

02. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

<input checked="" type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Preposto	
CPF 348.001.313-91	NOME JOSE MILTON DE CARVALHO FERREIRA

ORIENTAÇÃO AO CONTRIBUINTE:

Para acompanhamento do andamento do seu pedido, efetue consultas periódicas à página da Secretaria da Receita Federal na Internet (www.receita.fazenda.gov.br), utilizando a opção "Consulta da Situação do Pedido Referente ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, enviado pela Internet". O código de acesso à informação é formado pelo Nº do Recibo e Nº de Identificação descritos na quadricula abaixo.

Maiores informações sobre o CNPJ podem ser obtidas no Guia de Orientações ao Contribuinte no mesmo endereço da SRF na Internet.

CÓDIGO DE ACESSO:

Nº do Recibo: 01.11.45.28.66

Nº de Identificação: 00034800131391

Documento recebido via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 07/07/2003 às 09:09:57 hs
0808764718

01.11.45.28.66

01 EVENTO(S)

01 Código/Descrição	02 Data	03 CNPJ
101 Inscrição de matriz	01/07/2003	

03 IDENTIFICAÇÃO

04 Nome Empresarial	05 Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)
ASSOCIACAO DOS MERCEEIROS E PROPRIETARIOS DE MERCA DINHOS DE TERESINA-AMPM-TE	

04 QUALIFICAÇÃO

06 Natureza Jurídica			
399-9 Outras Formas de Associação			
07 Porte da Empresa	08 Trib.Simples	09 CNAE Fiscal	Administrador
Demais		3199-5/00 Outras atividades associativas, não es...	

05 ENDEREÇO

10 Logradouro		11 Número		12 Complemento		13 Bairro/Cidade	
AV. VALTER ALENCAR		1045		SUL		SAO PEDRO AV. VALTER ALENCAR	
14 Cep	15 Cod.Município	16 Nome do Município				17 UF	
64019-625	1219	TERESINA				PI	
18 Caixa Postal/UF/Cep	19 DDD	20 Tel.	21 DDD	22 FAX	23 Correio Eletrônico		
	86	308-40464					
24 Cod. País		25 Nome do País					

07 CONTADOR / EMPRESA DE CONTABILIDADE

27 NOME (Pessoa Física)					
28 CRC do Contador Responsável	29 UF	30 CPF	31 CRC da Empresa	32 UF	33 CNPJ

08 IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ

34 Nome	35 CPF	36 Qualificação
JOSE MILTON DE CARVALHÔ FERREIRA	348.001.313-91	16-Presidente

Data Geração : 07/07/2003 Hora Geração : 09:16:44

TERMO DE ABERTURA
SERVIRÁ ESTE LIVRO PARA O
REGISTRO DAS ATAS DAS
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS
E EXTRAORDINÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO
DOS MERCEEIROS E PROPRIETÁRIOS
DE MERCADINHOS DE TERESINA - AMPM -
TE.

TERESINA, 13 DE ABRIL DE 2003

PRESIDENTE
João Filho de Antônio Pereira



7 896861 702466

GRAFSET

GRÁFICA E EDITORA LTDA.
BR 101, Km 1,7 - DISTRITO INDUSTRIAL - JOÃO PESSOA - PB
INSCRIÇÃO ESTADUAL 16.038.988-7
C.G.C. (MF) 08.708.133.0001-29

LIVRO REGISTRO DE ATAS - 100 FLS. NUMERADAS
CAPA DURA DE PAPELÃO REVESTIDA DE PAPEL OFF-SET 90g/m²
FOLHAS INTERNAS PAPEL OFF-SET 63g/m²
FORMATO: 200x300mm - COD. 10.008

Ata da Assembleia geral convocada para a criação, aprovação do Estatuto da Associação dos Merceiros e proprietários de Mercadinhos de Teresina - AMPM - TE, e Eleição de sua Diretoria Executiva. Aos doze dias (12), do mês de Abril do ano de 2003 conforme o edital de convocação, no auditório (Arestre Ex-pedito) localizado nas dependências do Centro de Artesanato de Teresina, situado na praça Pedro II, na cidade de Teresina - PI, às quinze horas e dez minutos (15:10 hs), realizou-se a Assembleia geral para a criação e fundação e Eleição da Associação dos Merceiros e proprietários de ~~Mercadinhos de~~ Teresina - AMPM-TE presidida pelo senhor Carlos Augusto Rodrigues Soares, secretariada pelo senhor Antônio Carlos Alberto de Oliveira Silva e senhor Francisco Dion da Câmara Galvão Montanher, contando com a presença de inúmeros merceiros conforme livro de presença, fazendo parte da mesa o senhor Deputado Antônio Uchôa de Oliveira; senhor Nelson Louis Pereira, Presidente da Associação dos Mototaxistas de Teresina; Senhor Paulo de Tarso Simões Brizolla, líder Comunitário do Bairro Renascença II; Senhor Carlos Augusto Rodrigues Soares, presidente da Associação dos moradores da FUNASA; Senhor Fabiano da Costa e Silva, Presidente da Associação dos moradores do Bairro Satélite e Coordenador do SERSE junto às associações, os quais fizeram breves pronunciamentos, desejando sucesso para a associação e se colocaram a disposição para ajudar no que fosse preciso. Presidente dos Trabalhos informou aos presentes que a chapa que se apresentava

para a eleição era única, vez que era a primeira diretoria da Associação, colocados os nomes em apreciação foram aceitos e eleitos por aclamação unânime. Apresentados todos da diretoria não foi conferido nenhuma anomalia que viesse a prejudicar os trabalhos e deu-se por eleita por um período de três anos (3) a nova diretoria executiva. A chapa eleita tem a seguinte composição: Presidente - José Milton de Carvalho Ferreira; Vice-Presidente - Otacilio Augusto Soares Filho; 1º Secretário - Francisco das Chagas Moreira de Oliveira; 2º Secretário - Paulo Carvalho Ferreira; 1º Tesoureiro - Edivaldo Ideal da Silva; 2º Tesoureiro - Nelson Pereira Ribeiro; Conselho Fiscal Efetivo - Gerson Cardoso de Araújo - Francisco Contente de Teles - Geraldo Santos Paz Neto; Conselho Fiscal Suplentes: - Cleide Evan Siqueira Silva - Francisco Rodrigues de Sousa - Francisco Pereira da Silva Neto. Definiu-se da seguinte forma o estatuto da Associação dos Mercadores e proprietários de Mercadinhos de Teresina - AMPM - TE.

✓ Estatuto da: AMPM - TE: Associação dos Mercadores e proprietários de Mercadinhos de Teresina - PE, Título, Sede, Finalidade.

Artigo 1º - Sob a denominação de Associação dos Mercadores e Proprietários de Mercadinhos de Teresina - PE, que terá a sigla AMPM, com sede e foro nesta capital, em assembleia Geral de seus filiados, fica esta entidade, como órgão representativo de seus associados. Entidade particular, fundada aos 12 dias do mês de abril de 2003.

Artigo 2º - A Associação é uma entidade de direito privado com tempo de duração indeterminado que reger-se-á por este Estatuto e pelos regimentos internos e atos complementares de sua autoria.

Artigo 3º - A Associação AMPM, tem por finalidade:

- a) Unir todos os associados na luta em defesa de seus interesses imediatos e futuros.
- b) Desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas dos associados, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e trabalho.
- c) Representar perante as autoridades municipais, estaduais, judiciárias e financeiras os interesses coletivos e individuais de todos os associados.
- d) Manter contatos e intercâmbio com entidades congêneres, associação ou não.
- e) Estabelecer mensalidades para os associados e contribuições excepcionais para todos da categoria, com as decisões tomadas em Assembleia.
- f) Promover eventos para aumentar o nível de organização, conscientização e capacitação dos associados.
- g) Auxiliar os associados na prestação de serviços jurídicos, contábeis, saúde e social.
- h) Quando aprovado em Assembleia Geral poderá celebrar convênios, parcerias e contrair empréstimos bancários visando o desenvolvimento da associação e seus associados.

DOS SÓCIOS

Artigo 4º - A associação AMPM terá número ilimitado de associados sem distinção de

cor, sexo, raça, religião, ideologia ou filiação partidária, que será composta de uma categoria:

I - Contribuinte, que mensalmente contribuirá para a manutenção da Associação.

II - Honorários, que será formado por pessoas entusiastas ou empresas que por atos, gestões, doações e cooperações tenham se tornado merecedores de tal título.

III - A filiação dos associados dar-se-á obedecendo à numeração desde a fundação, em fichas padronizadas pela Associação ou por livro de controle;

IV - Sócios Fundadores: Os que assinam a ata da Fundação.

SÃO DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS:

Parágrafo 1º - DIREITOS

- 1) Votar e ser eleito para os cargos dos órgãos da Associação;
- 2) Apresentar por escrito ou verbalmente reclamações ou sugestões à diretoria para o desenvolvimento do trabalho da Associação;
- 3) Comparacer às Assembleias Gerais, sendo respeitado seu direito de falar, mesmo que seu ponto de vista não seja aprovado;
- 4) Participar das reuniões da diretoria quando envolver sugestões ou reclamações de sua parte.

Parágrafo 2º - DEVERES

- 1) Cumprir as determinações deste Estatuto e os atos provenientes da diretoria, da Assembleia Geral, desde que visem o bem comum;
- 2) Estar quieto em seus compromissos com a Associação, através de mensalidades fixada pela Assembleia Geral;

- c) Participar das atividades e lutas da Associação;
- d) Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação, informando imediatamente a diretoria, quaisquer irregularidades para as imediatas providências;
- e) Lutar pelo fortalecimento da Associação.

Parágrafo 3º - DAS PENALIDADES:

Os sócios que não cumprirem as disposições deste Estatuto, incorrerão nas seguintes penalidades:

I - Advertência: Quando incorrerem em simples faltas disciplinares;

II - Suspensão: Quando reincidirem em faltas que lhes tenham realizado a pena de advertência;

III - Expulsão: Que será aplicada pela Assembleia Geral por maioria de dois terços (2/3) de membros ou pela diretoria executiva.

DAS CONTRIBUIÇÕES E APLICAÇÕES.

Artigo 5º - Cada associado contribuirá mensalmente com uma quantia fixa de 03% (três por cento) do Salário Mínimo Nacional. A Assembleia Geral se reunirá anualmente quando houver a prestação de contas do ano anterior, e esta reverterá para as seguintes finalidades:

a) Na aplicação de despesas administrativas da Associação e organização de seu patrimônio;

b) Na aplicação de melhorias para a Associação.

Parágrafo 1º - As determinações do artigo anterior só poderão ser modificadas mediante decisão da Assembleia Geral por maioria de dois terços (2/3).

Parágrafo 2º - As contribuições outross, recebidas a qualquer título, terão destino para a melho-

200201
nua das condições de desenvolvimento da Associação e outras que a Assembleia Geral determinar.
DOS ORGÃOS:

Artigo 6º - São órgãos da Associação:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria Executiva

III - Conselho Fiscal

DA ASSEMBLÉIA GERAL:

Artigo 7º - A assembleia Geral é o órgão da deliberação, constituída de todos os associados quites com suas obrigações sociais, com poderes para aprovar, recusar, ratificar quaisquer decisões que envolvam interesses da Associação.

Artigo 8º - A ASSEMBLÉIA GERAL SERÁ CONVOCAIDA:

I - a assembleia geral se reunirá anualmente em caráter Ordinário, no mês de março, para apreciação do relatório da diretoria geral, inclusive o balanço do ano anterior, com o prévio parecer do conselho fiscal, e, para a aprovação da proposta orçamentária para o ano em curso e também no término de cada mandato para a posse da nova diretoria.

II - a assembleia geral se reunirá extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Parágrafo Único - Será convocada ordinariamente Assembleia Geral por no mínimo 1/3 dos sócios legalmente quites, quando a diretoria executiva não proceder a aludida convocação no prazo legal.

DA DIRETORIA EXECUTIVA.

Artigo 9º - A diretoria geral compõe-se de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário

V - 1º Tesoureiro;

VI - 2º Tesoureiro;

VII - Conselho Fiscal.

Artigo 10º - O conselho fiscal, analisará e dará o seu parecer, aprovando ou rejeitando, as contas da diretoria executiva.

Parágrafo Único - O conselho fiscal se compõe de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes com mandato igual a da Diretoria Executiva.

Artigo 11º - Compete a diretoria executiva, através de seus membros, a coordenação, a execução do plano de ação aprovada em Assembleia Geral para este fim.

Artigo 12º - São atribuições de seus membros, titulares e suplentes dos cargos que a compõe, o seguinte:

Parágrafo 1º - PRESIDENTE:

I - Representar oficialmente a Associação, Extra e Judicialmente;

II - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

III - Prestar conta anualmente da diretoria na Assembleia;

IV - Presidir as reuniões da diretoria da Assembleia Geral;

V - Assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques e outros documentos financeiros;

VI - Realizar despesas do interesse da Associação até o valor de 10 (dez) Salários mínimos, independentemente da autorização da diretoria;

VII - Abrir, encerrar e rubricar todos os livros de Atas e de Escrituração da Associação.

PARÁGRAFO 2º - VICE - PRESIDENTE:

- I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos;
II - Coordenar o trabalho do conselho e presidir suas reuniões;
III - Executar outras atividades que lhe forem atribuídas pela diretoria.

Parágrafo 3º - 1º SECRETÁRIO:

- I - Substituir o Vice-presidente;
II - Elaborar as atas das reuniões e consequentes transcrições no livro de atas;
III - Supervisionar e coordenar os serviços administrativos da Associação;
IV - Manter em dia o fichário dos associados.

Parágrafo 4º - 2º SECRETÁRIO

- I - Substituir o 1º Secretário, nos seus faltas e impedimentos e sucedê-lo na vacância;
II - Auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas funções.

Parágrafo 5º - 1º TESOUREIRO:

- I - Substituir o Secretário;
II - Providenciar o recebimento das contribuições e outros valores destinados à Associação;
III - Fazer a escrituração geral dos livros;
IV - Fazer o relatório financeiro da entidade e apresentá-lo a todas as instâncias da Associação;
V - Levar o conhecimento da diretoria o percentual de inadimplência dos associados.

Parágrafo 6º - 2º TESOUREIRO

- I - Auxiliar o 1º tesoureiro no desempenho de suas funções;
II - Substituir o 1º tesoureiro em suas faltas e impedimentos e sucedê-lo na vacância;
III - Dirigir os trabalhos de cobrança das mensalidades e débitos dos sócios.

DAS ELEIÇÕES.

Artigo 13º - Os membros da diretoria geral e do conselho fiscal serão eleitos simultaneamente, por maioria simples dos votos, por voto direto e secreto em eleições realizadas no mês de abril com o mandato de três anos convocada com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência.

Artigo 14º - As eleições para renovação da diretoria executiva, conselho fiscal e suplente serão realizados na mesma data após o decurso do mandato.

Artigo 15º - Só poderão votar e ser votados, os sócios quites com suas obrigações estatutárias.

Artigo 16º - Será constituída uma comissão eleitoral, composta de três membros para proceder os trabalhos eleitorais, ficando ela encarregada de elaborar o Regulamento Eleitoral que será aprovado em assembleia Geral.

Artigo 17º - A disputa dos cargos serão feitos através de chapas, com o uso de nomes livres, exigindo-se deves, sua total regularização para com a Associação. Tendo o Presidente, em exercício, direito a disputar reeleição.

Artigo 18º - As inscrições das chapas dar-se-ão no máximo de 30 (trinta) dias e mínimo de 15 (quinze) dias, facultando aos candidatos o direito de fiscalização do processo eleitoral.

Poderão candidatar-se todos os sócios maiores de 18 (dezoito) anos e que tenham assistido a 03 Assembleias Gerais.

Artigo 19º - Em caso de empate para qualquer cargo dos órgãos será eleito o mais velho.

Artigo 20º - Não poderão tomar parte de qualquer cargo dos órgãos da Associação pessoas estranhas à classe.

DO PATRIMÔNIO

Artigo 21º - Constitui patrimônio da Associação, as contribuições dos associados e outros bens que determinem este Estatuto.

Artigo 22º - A administração do patrimônio da Associação compete à diretoria.

DISPOSIÇÕES GERAIS.

Artigo 23º - Com o objetivo de representar a Associação perante os poderes públicos será constituído, quando necessário, um advogado de comprovada idoneidade e capacidade profissional, para acompanhar os processos pertinentes à Associação.

Parágrafo Único - Contratar-se-á, outros profissionais de áreas diversas, quando necessário, para executar obras ou serviços pertinentes à Associação.

Artigo 24º - Este Estatuto será reformado em seu conjunto ou parcialmente, sempre que a Assembleia Geral julgar necessário.

Artigo 25º - Os casos omissos a este Estatuto serão decididos pela Assembleia Geral por maioria simples de seus filiados.

Artigo 26º - São dependentes dos associados para fins deste estatuto:

I - filhos;

II - Cônjuge;

III - Entendos ou menores Pontalores de termo de Guarda, Expedido pelo Juiz Competente.

Artigo 27º - O presente estatuto aprovado em Assembleia geral Extraordinária, em Teresina capital do Estado do Piauí em 13 de abril de 2003, entrará em vigor a partir da presente data.

Teresina, 12 de abril de 2003.

O O. do. da Assembleia Geral, o senhor Carlos

Augusto Rodrigues deu por encerrado os trabalhos de criação, aprovação do Estatuto e eleição da Diretoria Executiva, o que para constar, Antônio Carlos Alberto de Oliveira Silva, lavrou a presente ata, que se achava em conformidade, será assinada pelos membros da Diretoria Executiva eleitos.

Antônio Carlos Alberto de Oliveira Silva.

Francisco de Assis de Carvalho Figueira
 Plácido Augusto Soares Pires

Francisco dos Anjos Mariano de Oliveira
 Edelfo José de Silva

X Nelson Pereira Ribeiro

Paulo de Carvalho Figueira
 Guedes Santos Paz Neto

Edson Cardoso de Souza
 Spencer Lourenço de Sales

X Ruy de S. A. Figueira Silva

Francisco Rodrigues de Sousa

Francisco Príncipe da Silva
 José Carlos de Souza Filho → SERSE

Ulysses de Souza
 Francisco de Souza Falcão e Carvalho Montanha
 Francisco de Souza

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

Rayane Queiroz Costa Lôbo
 Escrevente Autorizada

Rua Lizandro Nogueira, 1155/N

Teresina - Piauí

8-62 29.901

"A" 30-626

30-06 2003

Rayane Queiroz Costa Lôbo
 Ofício de R. T. e Imóveis

Ata de Posse da Diretoria Executiva da Associação dos Mercadores e Proprietários de Mercadinhos de Teresina - AMPM - TE. Aos doze dias (12) do mês de abril do ano de dois mil e três, no auditório "Mestre Expedito", localizado nas dependências do Centro de Artesanato de Teresina, situado na praça Pedro II, às dezesseis horas e quinze minutos (16:15hs), realizou-se a cerimônia de posse da nova Diretoria Executiva recém eleita, empossados pelo Presidente dos trabalhos o Senhor Carlos Augusto Rodrigues Soares e secretariado pelos Senhores Antônio Carlos Alberto de Oliveira Silva e Francisco Deon da Câmara Galvão Montanha, com a presença dos Mercadores e associados conforme lista de presença, Diretoria que terá a duração de três anos (3) a contar desta data. Os membros eleitos e empossados são os seguintes: Presidente - José Milton de Carvalho Ferreira; Vice-Presidente - Otacilio Augusto Soares Filho; 1º Secretário - Francisco das Chagas Moreira de Oliveira; 2º Secretário - Paulo Carvalho Ferreira; 1º Tesoureiro - Edualdo Rocal da Silva; 2º Tesoureiro - Nelson Pereira Ribeiro; Conselho Fiscal Externo - Gerson Cardoso de Araújo; Francisco Cantanhede Teles; Geraldo Santos Paz Neto; Conselho Fiscal Suplente - Cleide Evan Siqueira Silva; Francisco Rodrigues de Sousa; Francisco Pereira da Silva Neto. Todos empossados na presença do Deputado Estadual Antônio Uchôa de Oliveira, Paulo de Tarso Simões Brizolla, Nelson Luís Pereira, Fabiano da Costa e Silva, Presidentes das associações do Renascimento II, dos mototaxistas, do Sindicato dos demais mercadores. O Presidente

da Diretoria Executiva eleito, fez uso da palavra exortando a presença dos merceiros, dos componentes da mesa, dos Presidentes dos trabalhos, pedindo a ajuda de todos em prol da Associação, prometendo buscar junto as autoridades competentes garantias de mais segurança, o que será cobrado de forma incessante, finalizou dizendo estar consciente das dificuldades, mas com fé em Deus venceriam os obstáculos. Agradeceu mais uma vez a presença de todos e convencionou para que se fizessem presentes a um lanche que seria dado no pátio do centro de artesanato, e encerrou os trabalhos, do que para constar, Antônio Carlos Alberto de Oliveira Silva, lavrou a presente Ata de Posse da Diretoria Executiva da Associação dos Merceiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina - AMPM-TE, que será assinada por todos os membros da Diretoria impositores.

Presidente: *João de Deus*

Vice-Presidente: *Osvaldo Augusto Soares Filho*

1º Secretário: *Francisco de Jesus Aguiar de Oliveira*

2º Secretário: *Pablo de Castro*

1º Tesoureiro: *Edvaldo Jacf de Silva*

2º Tesoureiro: *Wilson Pereira Ribeiro*

Conselho Fiscal Executivo:

1º (Primeiro): *Gerson Cordero de*

2º (Segundo): *Francisco Coutinho de*

3º (Terceiro): *Guilherme Santos por Neto*

Conselho Fiscal Suplente:

1º (Primeiro): *João de Deus Aguiar de Oliveira*

2º (Segundo): *Francisco Rodrigues de Sousa*

3º (Terceira): *Francisco de Jesus*

(X)

Resolução: 1ª - A associação dos merceeiros e proprietários de Mercadinhos de Teresina - AMPM-TE, tem como sede provisória na Avenida Z/Alber Alencar, nº 1045, sul, no bairro São Pedro, cep-64019-695, na cidade de Teresina - PI.

Resolução: 2ª - A associação dos Merceeiros e proprietários de Mercadinhos de Teresina - AMPM-TE, tem como objetivos: Unir todos os associados na luta em defesa de seus interesses imediatos e futuros; desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas dos associados, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e trabalho; Representar perante as autoridades municipais, estaduais, judiciárias e financeiras os interesses coletivos e individuais de todos os associados; Manter contato e intercâmbio com entidades congêneres, associadas ou não; Estabelecer mensalidades para os associados e contribuições excepcionais para todos da categoria com as decisões tomadas em Assembleia; Promover eventos para aumentar o nível de organização, conscientização e capacitação dos associados; Auxiliar os associados na prestação de serviços jurídicos, contábeis, saúde e educação. Quando aprovado em Assembleia Geral poderá celebrar convênios, parcerias e contrair empréstimos bancários visando o desenvolvimento da associação e seus associados.

Teresina, 13 de Abril de 2003

[Assinatura]

Visto.

Em 09/05/03

Dr. Haroldo Rahem

Rualizando Nogueira 1155 - Teresina
Beia. MARIA ELIZABETH PAIVA E SILVA MULLER

Reconheço por semelhança a(s) Firma(s) de: ANTONIO CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA e JOSE MILTON DE CARVALHO FERREIRA
Dou Fe 30/06/03, 30 Test. da Verdade

ANA SORAIA DA SILVA - Escrevente

1º Ofício de Registro de Ter
Registro de Títulos e Doc
No Livro 1162
Prot. Livro 1162
Teresina, 30 de 06

[Assinatura]
Cartório do 1º Ofício
Notas o Reg. do Im
Ana Cláudia da Silva
Escritório Antonio
Nogueira

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

Kayone Queiróz Costa, 1.º

Escritoriente Autônomo

Rua Lizardo Nogueira, 1155/N

Teresina — Piauí



TABELIONATO JOÃO CRISOSTOMO
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO
Bela - Maria Elizabeth Paiva e Silva Müller - Titular
Teresina - Piauí.

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que revendo neste Cartório o livro A Nº 07 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nele sob o nr. de ordem 1.243, datado de 01 de julho de 2.003, consta o registro do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MERCEEIROS E PROPRIETÁRIOS DE MERCADINHO DE TERESINA-PI -AMPM. Dou fé. Eu, Teresinha Pierote, escrevente autorizada, digitei. _

Teresina (PI), 01 de julho de 2.003.

Rayone Pereira Costa
OFICIAL

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis
Rayone Pereira Costa
Escrevente Autorizada
Rua Lizandro Nogueira, 1155
Teresina - Piauí

01

ESTATUTO DA: A. M. P. M.-TE

ASSOCIAÇÃO DOS MERCEEIROS E PROPRIETÁRIOS DE MERCADINHO DE TERESINA-PI

TÍTULO, SEDE, FINALIDADE.

Art. 1º - Sob a denominação de Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinho de Teresina-PI, que terá a sigla AMPM, com sede e foro nesta capital, em Assembléia Geral de seus filiados, fica esta entidade, como órgão representativo de seus associados. Entidade particular, fundada aos 12 dias do mês de abril de 2003.

Art. 2º - A Associação é uma entidade de direito privado com tempo de duração indeterminado que reger-se-á por este Estatuto e pelos regimentos internos e atos complementares de sua autoria.

Art. 3º - A Associação AMPM, tem por finalidade.

- a) Unir todos os associados na luta em defesa de seus interesses imediatos e futuros.
- b) Desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas dos associados, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e trabalho.
- c) Representar perante as autoridades municipais, estaduais, judiciárias e financeiras os interesses coletivos e individuais de todos os associados.
- d) Manter contato e intercâmbio com entidades congêneres, associação ou não.
- e) Estabelecer mensalidades para os associados e contribuições excepcionais para todos da categoria, com as decisões tomadas em Assembléia.
- f) Promover eventos para aumentar o nível de organização, conscientização e capacitação dos associados.
- g) Auxiliar os associados na prestação de serviços jurídicos, contábeis, saúde e social.
- h) Quando aprovado em Assembléia Geral poderá celebrar convênios, parcerias e contrair empréstimos bancários visando o desenvolvimento da associação e seus associados.

DOS SÓCIOS

Art. 4º - A Associação AMPM terá número ilimitado de associados sem distinção de cor, sexo, raça, religião, ideologia ou filiação partidária, que será composta de uma categoria:

I - Contribuinte, que mensalmente contribuirá para a manutenção da Associação.

II - Honorários, que será formado por pessoas, entidades ou empresas que por atos, gestos, doações e cooperações tenham se tornado merecedores de tal título.

Assoc. dos Merceeiros e Propriet. de Mercadinhos
AMPM-TE-PI

Jose Milton de Carvalho Ferreira
1ºente

Francisco Deon da C. F. e C. Monteiro
ADVOGADO
OAB - 1557 / PI

[Assinatura]

02

III - A filiação dos associados dar-se-á obedecendo à numeração desde a fundação, em fichas padronizadas pela Associação ou por livro de controle;

IV - Sócios Fundadores: Os que assinam a Ata da Fundação.

São direitos e deveres dos sócios:

§ 1º - DIREITOS

- a) Votar e ser votado para os cargos dos órgãos da Associação;
- b) Apresentar por escrito ou verbalmente reclamações ou sugestões à diretoria para o desenvolvimento do trabalho da Associação;
- c) Comparecer às Assembléias Gerais, sendo respeitado seu direito de falar, mesmo que seu ponto de vista não seja aprovado;
- d) Participar das reuniões da diretoria quando envolva sugestões ou reclamações de sua parte.

§ 2º - DEVERES

- a) Cumprir as determinações deste Estatuto e os atos provenientes da diretoria, da Assembléia Geral, desde que visem o bem comum;
- b) Estar quites em seus compromissos com a Associação, através de mensalidade fixada pela Assembléia Geral;
- c) Participar das atividades e lutar da Associação;
- d) Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação, informando imediatamente à diretoria, quaisquer irregularidades para as imediatas providências;
- e) Lutar pelo fortalecimento da Associação.

§ 3º - DAS PENALIDADES

Os sócios que não cumprirem as disposições deste Estatuto, ficarão sujeitos as seguintes penalidades:

I - Advertência: Quando incorrerem em simples faltas disciplinares;

II - Suspensão: Quando reincidirem em faltas que lhes tenham valido a pena de advertência;

III - Expulsão: Que será aplicada pela Assembléia Geral por maioria de dois terços (2/3) de membros ou pela diretoria executiva.

DAS CONTRIBUIÇÕES E APLICAÇÕES

Art. 5º - Cada associado contribuirá mensalmente com uma quantia fixa de 03% (três por cento) do Salário Mínimo Nacional. A Assembléia Geral se reunirá anualmente quando haverá a prestação de contas do ano anterior, e esta reverterá para as seguintes finalidades:

- a) Na aplicação de despesas administrativas da Associação e organização de seu patrimônio;

Assoc. dos Mercadores e Propriet. de Mercadinhos
AMPM - PE - PI

Jose Milton de Carvalho Ferreira
Presidente

Francisco Deon da C. P. e C. Montanha

ADVOGADO
OAB - 1537 / 85

[Assinatura]

b) Na aplicação de melhorias para a Associação.

§ 1º - As determinações do artigo anterior só poderão ser modificadas mediante decisão da Assembléia Geral por maioria de dois terços (2/3).

§ 2º - As contribuições extras, recebidas a qualquer título, terão destino para a melhoria das condições de desenvolvimento da Associação e outras que a Assembléia Geral determinar.

DOS ÓRGÃOS

Art. 6º - São órgãos da Associação:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva
- III - Conselho Fiscal

DA ASSEMBLÉIA GERAL:

Art. 7º - A Assembléia Geral é o órgão da deliberação, constituída de todos os associados quites com suas obrigações sociais, com poderes para aprovar, revogar, ratificar qualquer decisão que envolvam interesses da Associação.

Art. 8º - A ASSEMBLÉIA GERAL SERÁ CONVOCADA:

I - A assembléia geral se reunirá anualmente em caráter Ordinário, no mês de março, para apreciação do relatório da diretoria geral, inclusive o balanço do ano anterior, com o prévio parecer do conselho fiscal, e, para a aprovação da proposta orçamentária para o ano em curso e também no término de cada mandato para a posse da nova diretoria.

II - A assembléia geral se reunirá extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

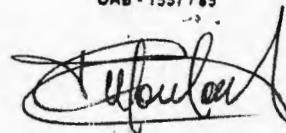
§ Único - Será convocada ordinariamente Assembléia Geral por no mínimo 1/3 dos sócios legalmente quites, quando a diretoria executiva não proceder a aludida convocação no prazo legal.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

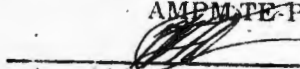
Art. 9º - A diretoria geral compõe-se de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário
- V - 1º Tesoureiro;

Francisco Dionísio C. F. e C. Montanha
ADVOGADO
OAB - 1557 / 85



Assoc. dos Mercadores e Propriet. de Mercadinhos
AMPM-TE-PI


José Milton de Carvalho Ferreira
Presidente

VI - 2º Tesoureiro

VII - Conselho Fiscal

Art. 10º - O conselho fiscal, analisará e dará o seu parecer, aprovando ou rejeitando, as contas da diretoria executiva.

§ Único - O conselho fiscal se compõe de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes com mandato igual a da Diretoria Executiva.

Art. 11º - Compete a diretoria executiva, através de seus membros, a coordenação, a execução do plano de ação aprovada em Assembléia Geral para este fim.

Art. 12º - São atribuições de seus membros, titulares e suplentes dos cargos que a compõe, o seguinte:

§ 1º - PRESIDENTE:

- I - Representar oficialmente a Associação, Extra e Judicialmente;
- II - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- III - Prestar conta anualmente da diretoria na Assembléia;
- IV - Presidir às reuniões da diretoria da Assembléia Geral;
- V - Assinar, juntamente com o tesoureiro, cheques e outros documentos financeiros;
- VI - Realizar despesas do interesse da associação até o valor de 10 (dez) salários mínimos, independente da autorização da diretoria;
- VII - Abrir, encerrar e rubricar todos os livros de Atas e de Escrituração da associação.

§ 2º - VICE-PRESIDENTE:

- I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos;
- II - Coordenar o trabalho do conselho e presidir suas reuniões;
- III - Executar outras atividades que lhe forem atribuídas pela diretoria.

§ 3º - 1º SECRETÁRIO:

- I - Substituir o Vice-Presidente;
- II - Elaborar as atas das reuniões e conseqüentes transcrições no livro de atas;
- III - Supervisionar e coordenar os serviços administrativos da Associação;
- IV - Manter em dia o fichário dos associados.

Assoc. dos Mercadores e Propriet. de Mercadinhos
AMPME-PI

Jose Milton de Carvalho Ferreira
Presidente

Francisco Deon da C. F. e C. Montanha

ADVOGADO
OAB - 1040 / 85

[Assinatura]

04

05

§ 4º - 2º SECRETÁRIO

- I - Substituir o 1º secretário, nas suas faltas e impedimentos e sucedê-lo na vacância;
- II - Auxiliar o 1º secretário no desempenho de suas funções.

§ 5º - 1º TESOUREIRO:

- I - Substituir o Secretário;
- II - Providenciar o recebimento das contribuições e outros valores destinados à Associação;
- III - Fazer a escrituração geral dos livros;
- IV - Fazer o relatório financeiro da entidade e apresentá-lo a todas as instâncias da Associação;
- V - Levar o conhecimento da diretoria o percentual de inadimplência dos associados.

§ 6º - 2º TESOUREIRO

- I - Auxiliar o 1º tesoureiro no desempenho de suas funções;
- II - Substituir o 1º tesoureiro em suas faltas e impedimentos e sucedê-lo na vacância;
- III - Dirigir os trabalhos de cobrança das mensalidades e débito dos sócios.

DAS ELEIÇÕES

Art. 13º - Os membros da diretoria geral e do conselho fiscal serão eleitos simultaneamente, por maioria simples dos votos, por voto direto e secreto em eleições realizadas no mês de abril com o mandato de três anos convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 14º - As eleições para renovação da diretoria executiva, conselho fiscal e suplente serão realizadas na mesma data após o decurso do mandato.

Art. 15º - Só poderão votar e ser votados, os sócios quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 16º - Será constituída uma comissão eleitoral, composta de três membros para proceder os trabalhos eleitorais, ficando ela encarregada de elaborar o Regimento Eleitoral que será aprovado em Assembléia Geral.

Art. 17º - A disputa dos cargos serão feitos através de chapas, com opção de nomes livres, exigindo-se desses, sua total regularização para com a Associação. Tendo o Presidente, em exercício, direito a disputar reeleição.

Art. 18º - As inscrições das chapas dar-se-ão no máximo de 30 (trinta) dias e mínimo de 15 (quinze) dias, facultando aos candidatos o direito de fiscalização do processo eleitoral. Poderão

Assoc. dos Mercadores e Propriet. de Mercadinhos
AMPE-PI

Jose Milton de Carvalho Ferreira
Presidente

Francisco Deon de C. F. e C. Montanha

1º Vice-Presidente

Alen
pb

candidatar-se todos os sócios maiores de 18 (dezoito) anos e que tenham assistido a 03 Assembleias Gerais.

Art. 19º - Em caso de empate para qualquer cargo será eleito o mais velho.

Art. 20º - Não poderão tomar parte de qualquer cargo dos órgãos da Associação pessoas estranhas à classe.

DO PATRIMÔNIO

Art. 21º - Constitui patrimônio da Associação, as contribuições dos associados e outros bens que determinem este Estatuto.

Art. 22º - A administração do patrimônio da Associação compete à diretoria.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23º - Com o objetivo de representar a Associação perante os poderes públicos será constituído, quando necessário um advogado de comprovada idoneidade e capacidade profissional, para acompanhar os processos pertinentes à Associação.

§ Único - Contrata-se-á, outros profissionais de áreas diversas, quando necessário for, para executar obras ou serviços pertinentes à Associação.

Art. 24º - Este Estatuto será reformado em seu conjunto ou parcialmente, sempre que a Assembleia Geral julgar necessário.

Art. 25º - Os casos omissos a este Estatuto serão decididos pela Assembleia Geral por maioria simples de seus filiados.

Art. 26º - São dependentes dos associados para fins deste estatuto:

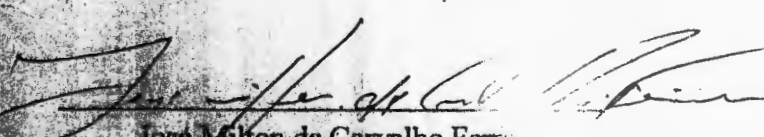
I - Filhos;

II - Cônjuge;

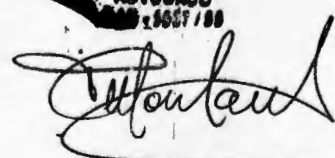
III - Enteados ou Menores Portadores de Termo de Guarda, Expedido pelo Juiz Competente.

Art. 27º - O presente estatuto aprovado em Assembleia geral Extraordinária, em Teresina capital do Estado do Piauí em 12 de abril de 2003, entrará em vigor a partir da presente data.

Teresina, 12 de abril de 2003.


José Milton de Carvalho Ferreira
Presidente

Francisco Deon da C. F. e C. Montanha
ADVOGADO
OAB 18557 / PB



Francisco Deon da Câmara Falcão
e Carlos Roberto Montanha



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.
PROJETO DE LEI Nº 72 – PROCESSO AL 2511/03
AUTOR: DEP. ANTONIO UCHOA.

I - RELATÓRIO

Encaminhando a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a proporção em epígrafe que reconhece de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina.

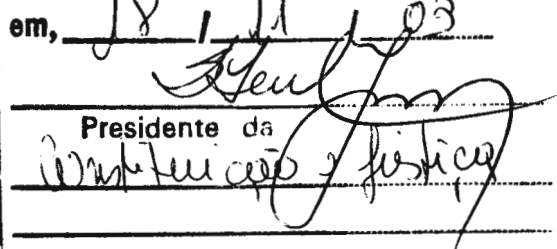
O Projeto de Lei está instruído com a documentação necessária para uma entidade ser reconhecida de utilidade pública, como: estatuto, CNPJ, ata de instalação e registro do estatuto no livro de pessoas jurídicas.

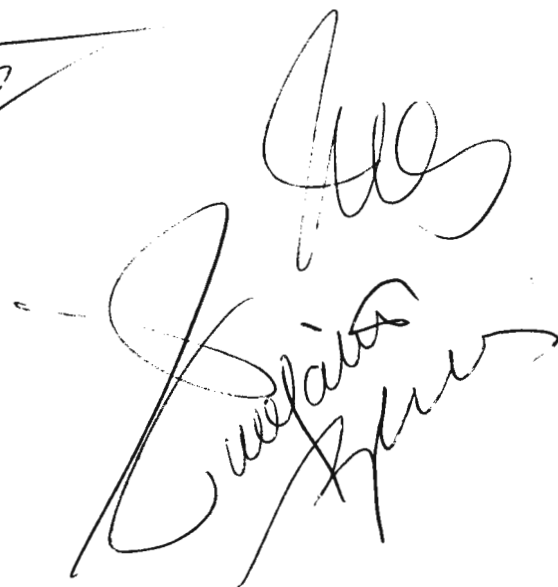
II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição está fundamentada nos aspectos constitucional legal e de boa técnica legislativa somos de parecer favorável à sua aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 06 de Novembro de 2003.**


Dep. **MAURO TAPETY.**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>18</u> / <u>11</u> / <u>03</u>
 Presidente da <u>Comissão de Constituição e Justiça</u>





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DEPUTADO ANTONIO UCHÔA

Projeto de Lei Nº 042 / 2003

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 13/08/2003

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina – AMPM, com sede na cidade de Teresina, deste Estado.

Art. 2º. À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina, 13 de agosto de 2003.

Dep. Antonio Uchôa de Oliveira

JUSTIFICATIVA

A entidade tem por finalidade lutar por direito dos associados, haja vista que se trata de pequenos comerciantes, na sua maioria microempresa que precisam de tratamento diferenciado por parte das instituições públicas.

Por sua relevância o projeto em causa merece a acolhida e a aprovação dos que fazem a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

SALA DAS SESSÕES, PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina, 13 de agosto de 2003.

Dep. Antonio Uchôa de Oliveira

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Orgão	AL
Número	2511/03
Data	14.08.03
Assunto	Projeto Lei
Matrícula	
Rubrica	Dep. Uchôa
Matrícula	